CENTRAL EÓLICA MONTE VERDE II S.A.
CNPJ/MF nº 31.199.569/0001-51

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	07	4.838	3.001
Concessionárias	08	6.044	4.445
Impostos a compensar	09	540	2.036
Cauções e depósitos vinculados	11	2.284	2.260
Adiantamento a fornecedores		795	764
Despesas antecipadas		119	138
		14.620	**12.644**
Não circulante			
Partes relacionadas	10	335	335
Cauções e depósitos vinculados	11	13.682	13.201
Imobilizado	12	321.717	332.447
Intangível		193	
		335.927	**345.983**
TOTAL DO ATIVO		**350.547**	**358.627**

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	1.006	1.595
Impostos a pagar	09	899	2.347
Empréstimos e financiamentos	14	15.565	14.929
Partes relacionadas	10	14.860	13.708
Adiantamento de clientes		2.838	2.804
		35.168	**35.383**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	250.490	253.359
Arrendamento	15	4.886	4.475
Provisões	16	1.506	1.321
Adiantamento para futuro aumento de capital	10		3.348
		256.882	**262.503**
Total do passivo		**292.050**	**297.886**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17		
Capital social		98.853	95.505
Adiantamento para futuro aumento de capital		11.602	
Prejuízos acumulados		(51.958)	(34.764)
Total do patrimônio líquido		**58.497**	**60.741**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**350.547**	**358.627**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	18	28.430	30.621
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	19		
Encargos com uso de rede elétrica		(5.833)	(5.952)
Energia elétrica comprada para revenda		(40)	(67)
		(5.873)	**(6.019)**
Custo de operação			
Depreciações e amortizações		(11.101)	(11.414)
Serviços de terceiros e materiais		(4.918)	(6.721)
Outros custos de operação		(375)	(773)
		(16.394)	**(18.908)**
		(22.267)	**(24.927)**
Lucro bruto		**6.163**	**5.694**
Despesas operacionais	19		
Despesas gerais e administrativas		(386)	(35)
Outras despesas e receitas		(45)	(47)
		(431)	**(82)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**5.732**	**5.612**
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		4.334	1.398
Despesas financeiras		(24.901)	(27.661)
		(20.567)	**(26.263)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(14.835)**	**(20.651)**
Tributos sobre o lucro			
Correntes	21	(2.359)	(1.430)
Resultado líquido do exercício		**(17.194)**	**(22.081)**
Resultado por ação		(0,0021401)	(0,0027495)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Resultado líquido do exercício	(17.194)	(22.081)
Resultado abrangente do exercício	**(17.194)**	**(22.081)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Central Eólica Monte Verde II S.A. ("Companhia" ou "Monte Verde II"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em agosto de 2018, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, exploração do potencial da Central Eólica Monte Verde II, comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral relacionados a essas atividades.

A Companhia tem sede e foro na Avenida Dr. Silvio Bezerra de Melo, nº 428, Sala 07, Cidade Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte.

A Companhia é controlada direta da EDP Renováveis Brasil S.A. (EDP Renováveis), sendo a EDP - Energias de Portugal S.A. a controladora final.

1.1 Autorização do Parque Eólico Monte Verde II

Em 04 de fevereiro de 2019 o parque eólico foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 03 de fevereiro de 2054.

A Companhia, em 20 de dezembro de 2017, vendeu 39,1 MW médio de energia no Leilão de Energia 06/2018, por meio do projeto de geração eólica Monte Verde II, localizado no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil.

O contrato de venda da energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pelo prazo de 20 anos, com início em janeiro de 2024, ao preço de R$87,00/MWh.

Conforme despacho ANEEL nº 23 o Parque Eólico Monte Verde II iniciou sua operação comercial em 5 de janeiro de 2023.

Empresa		**Central Eólica MV II**
Usinas		EOL Monte Verde II
Modalidade		Produtor Independente
Outorga		Autorização
Estado		RN
Capacidade instalada (MW)		67,20
Energia assegurada (Mm)		42,30
Data do início da operação		2019
Autorização/Registro	Início	04/02/2019
	Término	03/02/2054

1.2 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e com base nos planos da administração entende que possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

1.3 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo R$20.548 (R$ 22.739 em 31 de dezembro de 2024), O equacionamento do capital de giro no exercício de 2025 será alcançado da seguinte forma (i) aportes de capital da sua controladora; (ii) recebimentos dos fluxos de caixa pelas vendas de energia.

1.4 Constrained-off e Curtailment

No contexto da Lei nº 15.269/2025 introduziu diretrizes para tratamento legal do curtailment no setor elétrico, incluindo a previsão de mecanismos de compensação, cuja implementação depende de regulamentação complementar.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Capital social	AFAC	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	**80.156**	**–**	**(12.683)**	**67.473**
Aumento de capital social	15.349			15.349
Resultado do exercício			(22.081)	(22.081)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**95.505**	**–**	**(34.764)**	**60.741**
Aumento de capital social	3.348			3.348
AFAC		11.602		11.602
Resultado do exercício			(17.194)	(17.194)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**98.853**	**11.602**	**(51.958)**	**58.497**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(14.835)	(20.651)
Depreciações e amortizações	11.101	11.414
Encargos de dívidas sobre empréstimos	23.859	24.143
Juros provisão desmantelamento	166	150
Ajuste a valor presente de arrendamentos - IFRS 16	586	626
Ajuste contrato suprimento de energia pela energia gerada	15.007	9.272
	35.884	**24.954**
Variações em:		
Concessionárias	(16.606)	(9.845)
Adiantamento a fornecedores	(31)	(761)
Impostos a compensar	1.496	68
Despesas pagas antecipadamente	19	(30)
Outros créditos		
Fornecedores	563	(3.106)
Impostos a pagar	(2.603)	(199)
Arrendamento	(122)	2.258
Partes relacionadas		(335)
Caixa proveniente das atividades operacionais	**18.600**	**13.004**
Juros pagos	(11.265)	(4.849)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.204)	(1.302)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**6.131**	**6.853**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cauções depósitos vinculados	(505)	(1.359)
Adições ao imobilizado	(564)	(381)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	**(1.069)**	**(1.740)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	3.348	15.349
Amortização do principal de empréstimos	(14.827)	(5.950)
Partes relacionadas	8.254	(12.001)
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(3.225)**	**(2.602)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.837**	**2.511**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.838	3.001
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.001	490

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Diante desse cenário regulatório, caracterizado por: (i) suspensão histórica de ressarcimentos; (ii) ausência de definição operacional pela CCEE quanto à contabilização e liquidação financeira; e (iii) incertezas relevantes quanto à regulamentação complementar e critérios definitivos de apuração, a Administração da Companhia concluiu que, até 31 de dezembro de 2025, não existem evidências suficientes que permitam o reconhecimento contábil de ativos ou receitas relacionadas a ressarcimentos por curtailment (constrained-off).

Assim, nenhum efeito foi registrado nas demonstrações financeiras do exercício de 2025, em linha com os princípios de reconhecimento de ativos contingentes previstos nas normas contábeis aplicáveis (CPC 25/IAS 37), que requerem a existência de expectativa virtualmente certa de realização para reconhecimento.

A Administração permanece monitorando a evolução regulatória e avaliará o reconhecimento contábil de eventuais efeitos quando houver maior grau de certeza quanto à mensuração, liquidação e realização dos valores envolvidos.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 29 de maio de 2026.

2.1.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo; e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 22 de Instrumentos Financeiros.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

4 Julgamentos contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas.

- Imobilizado: determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto (nota explicativa nº 12);
- Outras contas a pagar: premissa para determinação do valor do ressarcimento dos clientes pelo ajuste de geração da receita anual ou quadrienalmente, com base na geração efetiva e determinação do contrato de venda de energia; (Nota explicativa nº 15);
- Provisão para arrendamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 15);
- Provisões para desmantelamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 16);
- Provisões para riscos trabalhistas e cíveis: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 25);
- Receita operacional líquida: (ajuste de receita) premissas para determinação do valor da receita conforme sua geração, com base em dados da geração efetiva (nota explicativa nº 18).

5 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de vendas de energia faturadas e não faturadas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

c) Imobilizado

Terrenos, edificações, arrendamentos, móveis e utensílios e máquinas e equipamentos compreendem, principalmente, os parques eólicos. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Terrenos	
Edificações, obras e benfeitorias	22
Máquinas e equipamentos	30
Direito uso arrendamento	30
Móveis e utensílios	8

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. O valor residual foi estimado com base no valor de sucata extraível do parque eólico. A Companhia calculou o volume total de metal a ser reciclado (essencialmente aço e cobre) e avaliou-o com base nos preços históricos da sucata.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, em receitas/despesas operacionais.

d) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os gastos de direito de autorização (licença ambiental). O seguinte critério aplicado: Os gastos com direito de autorização (licença ambiental), que estão registrados pelo custo de aquisição menos as despesas de amortização. A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado pelo método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo do prazo de autorização da licença de operação.

	Anos
Licenças ambientais	30

e) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou se ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UCG a Central Eólica Monte Verde.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

g) Fornecedores

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

h) Provisões para desmantelamento

São constituídas quando existe uma obrigação legal de reposição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil médio esperado desses ativos. Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultado.

i) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente nas datas em que são originados. Adicionalmente, são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

j) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

k) Operações de arrendamento (CPC 06 (R2))

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 - Leases (IFRS 16), que passou a vigorar a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 - Leases; IFRIC 4 - Determining whether an Arrangement contains a Lease. O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários quanto de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários com contratos de longo prazo e com valores fixos, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

Os juros e multas relacionados aos impostos de renda e a contribuição social, incluindo tratamento fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro e o ICPC 22/IFRIC 23.

m) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior.

Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC")

Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC") representam adiantamentos de recursos recebidos da Controladora e destinados a aporte de capital, que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na Controlada, e no investimento da Controladora. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contrapartida, os adiantamentos para futuro aumento de capital também são reconhecidos pelo valor justo na controladora, classificados como ativo não circulante.

n) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

o) Receita operacional líquida

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e liquidadas subsequentemente no exercício seguinte.

p) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e atualização de tributos a compensar. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente.

q) Ativos e passivos financeiros

Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido e recebidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os passivos financeiros são registrados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial, e são remensurados considerando as amortizações de principal mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva.

Uma tabela dos ativos e passivos financeiros pode ser encontrada na nota explicativa nº 22.

Compensação de instrumentos financeiros.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

6 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 22 - Informações por segmento	Em julho de 2024, o IASB aprovou decisão da agenda do IFRIC referente ao relatório de segmentos reportáveis. Essa decisão aborda a forma como as entidades devem aplicar os requisitos do IFRS 8 para divulgar, em cada segmento reportável, os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo. A Companhia acompanha o desenvolvimento e os desdobramentos dessa decisão.	IFRS 8	Pronunciamento	Indeterminado
CPC 48 e CPC 40 - Divulgações de instrumentos financeiros	Adicionar requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras para compreender os efeitos dos instrumentos financeiros, sobre prazo e incerteza de fluxos de caixa futuro.	IFRS 9 e IFRS 7	Divulgação	01/01/2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	O propósito da IFRS 19 é possibilitar que as subsidiárias elegíveis apliquem os requisitos de reconhecimento e mensuração previstos nas IFRS completas, porém com a elaboração de notas explicativas em formato simplificado.	Diversas IASs	Divulgação	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras - renda fixa	2.297	2.528
Bancos conta movimento	2.541	473
Total	**4.838**	**3.001**

As aplicações financeiras de curto prazo mantidas em 31 de dezembro de 2025 são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia tem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerados a uma taxa média de 100,00% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (96,43% a.a. do CDI em 2024). Em 31 de dezembro de 2025, a taxa média do CDI foi de 14,32% a.a. (10,88% a.a. em 2024). Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em resultado financeiro no exercício em que ocorrem. (vide nota explicativa nº 22).

8 Concessionárias

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo era composto pelos seguintes valores:

	31/12/2025	31/12/2024
Mercado livre	997	
Mercado regulado	5.047	4.445
Total	**6.044**	**4.445**

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo é composto pelos seguintes valores: R$5.047 (R$4.445 em 31 de dezembro de 2024) para o mercado regulado, que se refere à venda de energia no ambiente da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia, através dos contratos bilaterais de suprimento de energia feitos para grandes players do mercado; O mercado livre é composto R$997 para Câmara de Comercialização de Energia - CCEE na negociação da energia excedente.

A administração da Companhia considerou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício corrente, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2025.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer		
Até 60 dias	6.044	4.445
Total	**6.044**	**4.445**

9 Impostos a compensar e a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos a compensar		
IRRF sobre aplicações financeiras	534	407
Imposto de renda e CSLL	1	1
ISS	1	
ICMS	4	1.628
Total	**540**	**2.036**
Impostos a pagar		
ICMS		1.359
Imposto de renda e CSLL	743	819
PIS, COFINS e CSLL sobre serviços prestados por terceiros	70	36
PIS e COFINS	69	110
Imposto sobre importação		8
ISS	7	5
IRRF sobre aplicações financeiras	4	4
Outros	6	6
Total	**899**	**2.347**

10 Transação com partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Não circulante			
Outros créditos			
Compartilhamento de atividade e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura (a)	EDP Renováveis Brasil S.A.	335	335
Total ativo		**335**	**335**
Passivo			
Circulante			
Fornecedores			
Compartilhamento de atividade e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura (a)	EDP Renováveis Brasil S.A.	(1.460)	(551)
Operação remota (c)	EDP Transmissão Goiás S.A.	(33)	(20)
Compartilhamento de atividade e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura (b)	Monte Verde II	(642)	(642)
Compartilhamento de CAPEX - MV Solar (b)	Monte Verde IV	(12.448)	(12.439)
Garantia financeira	EDPR S.A.	(277)	(56)
Total		**(14.860)**	**(13.708)**
Não circulante			
Adiantamento para futuro aumento de capital			
Adiantamento para futuro aumento de capital	Monte Verde Holding S.A.		(3.348)
Total			**(3.348)**
Total Passivo		**(14.860)**	**(17.056)**
Objeto do contrato	**Contraparte**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Receita operacional bruta			
Energia comercializada no mercado de curto prazo	EDP Comercializadora S.A.	21	236
Custos Gerenciáveis			
Materiais e serviços	EDP Renováveis Brasil S.A.	(166)	(1.605)
Materiais e serviços	EDP Transmissão Goiás S.A.		(95)
Despesas financeiras			
Despesas com garantias bancárias	EDPR Serviços Financeiros		(280)
Total do resultado		**(145)**	**(1.744)**

a) Compartilhamento de atividades e alocação de gastos

A EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pelos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas, descritas no contrato de gestão de serviço, operação e manutenção, sobre esse saldo não incide juros remuneratórios.

b) Compartilhamento de Capex - MV Solar

Em 24 de agosto de 2021 as empresas Centrais Eólicas Monte Verde I, II, III, IV, V e VI celebraram contrato de consórcio com o compromisso de dividir em partes iguais as estruturas comuns de linha e bay de conexão inerentes aos parques eólicos junto aos parques solares em desenvolvimento Monte Verde Solar II, III, IV, V e VII, que possuem sua estrutura na Holding EDP Renováveis.

c) Operação remota

A Companhia celebrou contrato com a EDP Transmissora Goiás S.A. referente ao monitoramento remoto do parque eólico, relacionadas as atividades: Assuntos energéticos; Assuntos de intervenções e área administrativa técnica da operação. O valor do serviço é corrigido anualmente pelo IPCA.

10.1 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

A controladora direta da Companhia é a Monte Verde Holding S.A. A controladora indireta é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP - Energias de Portugal S.A.

10.2 Remuneração dos administradores

A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração através da Central Eólica Monte Verde II S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A remuneração da Administração da Companhia é paga integralmente pela Controladora EDP Renováveis Brasil S.A.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

11 Cauções e depósitos vinculados

	31/12/2025	31/12/2024
Cauções e depósitos vinculados		
Circulante	2.284	2.260
Não circulante	13.682	13.201
Total	**15.966**	**15.461**

Como garantias ao contrato celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, foram estabelecidos a vinculação e cessão da Receita Vinculada e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNDES e do Agente Financeiro em caráter irrevogável e irretratável para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato. Toda a arrecadação será depositada na Conta Vinculada. A Conta Reserva do Serviço da Dívida deverá manter até a data de vencimento da primeira prestação do serviço da dívida BNDES o valor necessário para perfazer o montante equivalente mínimo, que equivale a seis vezes o valor da próxima prestação do serviço da dívida do BNDES. Após a data de vencimento da primeira prestação do serviço da dívida do BNDES e até liquidação de todas as obrigações garantidas, deverá refletir o valor necessário para perfazer o montante equivalente a no mínimo, seis vezes o valor da última prestação do serviço da dívida do BNDES.

A liberação dos depósitos vinculados está condicionada à liquidação da obrigação assumida do financiamento.

O saldo disponível na Conta Reserva em 31 de dezembro de 2025 no montante de R$15.966 (R$15.461 em 21 de dezembro de 2024) foi aplicado em Certificado de Depósito Bancário - CDB DI e operações compromissadas com remuneração à taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário CDI junto ao Banco Santander, visando manter a rentabilidade dos recursos da Companhia.

12 Imobilizado

O saldo do imobilizado em curso refere-se principalmente a adiantamentos ao fornecedor para aquisição dos aerogeradores e estudos de engenharia civil para a construção do Parque eólico.

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	31/12/2025		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso arrendamentos	4.785	(565)	4.220
Máquinas e equipamentos	350.674	(33.177)	317.497
Total	**355.459**	**(33.742)**	**321.717**

	31/12/2024		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso arrendamentos	4.554	(414)	4.140
Imobilizado em curso	350.609	(22.302)	328.307
Total	**355.163**	**(22.716)**	**332.447**

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	31/12/2024					31/12/2025
	Valor líquido	Ingressos	Depreciações	Desmantelamento	Transferência	Valor líquido
Direito de uso arrendamentos	**4.140**	231	(151)			**4.220**
Máquinas e Equipamentos	**328.307**		(10.875)	(202)	267	**317.497**
Imobilizado em curso		267			(267)	
Total	**332.447**	**498**	**(11.026)**	**(202)**	**–**	**321.717**

	31/12/2023					31/12/2024
	Valor líquido	Ingressos	Depreciações	Desmantelamento	Baixas	Valor líquido
Direito de uso arrendamentos	4.035	381	(276)			**4.140**
Máquinas e Equipamentos	339.538	1.079	(11.138)	(93)	(1.079)	**328.307**
Total	**343.573**	**1.460**	**(11.414)**	**(93)**	**(1.079)**	**332.447**

A Companhia, através de um estudo realizado por empresa especializada, registra em seu imobilizado valor residual de R$24.043, que se refere às sucatas dos equipamentos quando da desmobilização do parque eólico.

A Companhia, por política do Grupo EDP - Energias de Portugal, realiza o teste de valor recuperável dos seus ativos para todos os períodos apresentados e não encontrou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução do valor recuperável dos seus ativos.

13 Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Materiais e serviços	1.006	1.595
Total	**1.006**	**1.595**

14 Empréstimos e financiamentos

Composição do saldo de empréstimo, financiamento e encargos de dívidas:

	Circulante		Não circulante	
	2025	2024	2025	2024
BNDES principal	15.078	14.482	253.815	257.063
Encargos de dívida	487	447		
Custo de transação a apropriar			(3.325)	(3.704)
Total	**15.565**	**14.929**	**250.490**	**253.359**

As informações sobre o contrato vigente, incluindo prazos, modalidades, custos e garantias da Companhia, estão apresentadas a seguir:

Contrato	
Instituição financeira	BNDES
Valor contratado	R$ 212.086
Data da contratação	30/12/2019
Valor liberado	R$ 114.005
Data da 1ª liberação	28/06/2021
Vigência do contrato	30/04/2019 a 15/05/2043
Custo da dívida	IPCA + 2,33 a.a.
Forma de pagamento	Principal e juros mensais
Custo de transação	Amortização mensal

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas:

	Circulante			Não circulante			
	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Custos de transação	Total
Saldo em 31/12/2024	**14.482**	**447**	**14.929**	**197.299**	**59.764**	**(3.704)**	**253.359**
Pagamento de principal	(14.826)		(14.826)				
Pagamentos de juros		(11.265)	(11.265)				
Juros provisionados		11.305	11.305	12.173			12.173
Apropriação custos de transação						380	380
Transferências	15.422		15.422	(15.422)			(15.422)
Saldo em 31/12/2025	**15.078**	**487**	**15.565**	**194.050**	**59.764**	**(3.324)**	**250.490**

Vencimentos do valor de principal e juros a longo prazo:

Ano de vencimento	Principal e juros
2026	15.078
2027	15.078
2028	15.078
2029	15.078
2030 a 2043	193.502
Total	**253.814**

15 Arrendamento

	31/12/2025			31/12/2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para arrendamentos	(87)	4.886	4.799	113	4.475	4.588
Total	**(87)**	**4.886**	**4.799**	**113**	**4.475**	**4.588**

A Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrados abaixo:

	Terrenos	Total
Saldo em 31/12/2024	**4.588**	**4.588**
Pagamentos	(374)	(374)
AVP	585	585
Saldo em 31/12/2025	**4.799**	**4.799**

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia. A taxa obtida foi de 13,81% a.a. para terrenos.

16 Provisões para desmantelamento

	31/12/2025	31/12/2024
Desmantelamento	1.285	1.321
Total	**1.285**	**1.321**

A movimentação do desmantelamento no exercício é a seguinte:

	Provisão
Saldo em 31/12/2024	**1.321**
Ajuste a valor presente	166
Redução por revisão	(202)
Saldo em 31/12/2025	**1.285**

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido à existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento.

Periodicamente a Companhia revisa suas premissas para a provisão de desmantelamento. Em dezembro de 2025, a Companhia finalizou a revisão, sendo que as provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras. Com a revisão, a Companhia registrou em seu balanço uma redução de R$ 202.

A provisão para desmantelamento do parque eólico Monte Verde II está registrada em contrapartida ao Imobilizado (Nota explicativa nº 12). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Eólico.

O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 16,20% a.a.

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Em 2025, foi deliberado o aumento de capital da Companhia no valor de R$3.348 composto por 3.348 ações ordinárias. Desta forma, o Capital Social em 31 de dezembro de 2025 totalmente integralizado é de R$ 98.853 (R$95.505 em 31 de dezembro de 2024). O Capital Social em 31 de dezembro de 2025 é composto por 8.034.297 (8.030.949 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Nº de títulos	%	Nº de títulos	%
Acionistas				
MV Holding S.A.	8.034.297	100%	8.030.949	100%
	8.034.297	**100%**	**8.030.949**	**100%**

A Companhia não conta com capital autorizado, conforme estatuto social.

17.2 Destinação do lucro

Conforme definido no estatuto social da Companhia e suas Controladas, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou prejuízo no exercício impedindo de distribuir dividendos.

18 Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta		
Suprimento de energia elétrica	41.695	39.902
Energia comercializada no mercado de curto prazo	2.819	1.151
Ajuste financeiro(a)	(15.007)	(9.272)
Total de receita bruta	**29.507**	**31.781**
Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(1.077)	(1.160)
Total de deduções	**(1.077)**	**(1.160)**
Total	**28.430**	**30.621**
MWh comercializado	292	280

(a) A rubrica de ajuste financeiro refere-se ao registro entre a diferença da energia garantida em contrato para a energia efetivamente gerada. Devido à menor quantidade de vento em 2025, houve diminuição na quantidade de energia gerada pelo parque eólico e o registro devedor do ajuste financeiro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19 Custos e despesas operacionais

19.1 Custos operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Custo do serviço		
Não gerenciáveis		
Encargos de uso da rede elétrica	(5.833)	(5.952)
Energia elétrica comprada para revenda	(40)	(67)
Total de custos não gerenciáveis	**(5.873)**	**(6.019)**
Gerenciáveis		
Serviços de terceiros e materiais	(4.857)	(6.721)
Depreciação e amortização	(11.101)	(11.414)
Aluguéis e arrendamentos	(12)	(21)
Seguros	(305)	(302)
Outras custos	(61)	(296)
Despesas tributárias	(58)	(154)
Total de custos gerenciáveis	**(16.394)**	**(18.908)**
Total	**(22.267)**	**(24.927)**

19.2 Despesas operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas operacionais		
Serviços de terceiros e materiais	(54)	(35)
Despesa com pessoal	(331)	
Outras despesas operacionais	(45)	(47)
Total	**(430)**	**(82)**

20 Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.926	1.393
Juros recebidos	2.408	2
Receita de variação cambial		3
Total	**4.334**	**1.398**
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente	(178)	(150)
Atualização financeira	(586)	(626)
Comissões sobre financiamentos	(380)	(400)
Despesas com garantias bancárias	(231)	(332)
Encargos de dívidas	(23.478)	(23.744)
Outras despesas financeiras	(45)	(2.409)
Despesa de variação cambial	(3)	
Total	**(24.901)**	**(27.661)**
Total	**(20.567)**	**(26.263)**

21 Imposto de renda e contribuição social corrente

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional	29.507	31.781	29.507	31.781
Alíquota aplicada sobre receita bruta	8%	8%	12%	12%
	2.361	**2.542**	**3.541**	**3.814**
Receitas financeiras	4.334	1.396	4.334	1.396
Base de cálculo	**6.695**	**3.938**	**7.875**	**5.210**
Alíquota vigente	25%	25%	9%	9%
Expectativa de crédito (débito) de impostos de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(1.674)	(985)	(709)	(469)
Ajuste decorrente do adicional do IR	24	24		
Ajuste de anos anteriores				
Imposto corrente	**(1.650)**	**(961)**	**(709)**	**(469)**
Alíquota efetiva	**5.59%**	**3,02%**	**2,40%**	**1,48%**

22 Instrumentos financeiros

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

22.1 Classificação dos instrumentos financeiros

As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

	Nota	Categoria	Níveis	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	07	Custo amortizado	Nível 1	4.838	3.001
Cauções e depósitos vinculados	11	Custo amortizado	Nível 2	2.284	2.260
Concessionárias	08	Custo amortizado	Nível 1	6.044	4.445
Despesas antecipadas		Custo amortizado	Nível 1	119	138
Adiantamento a fornecedores		Custo amortizado	Nível 1	795	764
Não circulante					
Cauções e depósitos vinculados	11	Custo amortizado	Nível 2	13.682	13.201
Partes relacionadas	10	Custo amortizado	Nível 1	335	335
Total				**28.097**	**24.144**
Passivos financeiros					
Circulante					
Fornecedores	13	Valor justo	Nível 1	1.006	1.595
Empréstimos e financiamentos	14	Custo amortizado	Nível 2	15.565	14.929
Partes relacionadas	10	Custo amortizado	Nível 2	14.860	13.708
Adiantamento de clientes		Custo amortizado	Nível 2	2.838	2.804
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	Custo amortizado	Nível 2	250.490	253.359
Arrendamento	15	Custo amortizado	Nível 2	4.886	4.475
Provisões	16	Custo amortizado	Nível 2	1.506	1.321
Partes relacionadas	10	Custo amortizado	Nível 2		3.348
Total				**291.151**	**295.539**

22.2 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

(i) Nível 1. Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(ii) Nível 2. Diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;

(iii) Nível 3. Para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado.

Os empréstimos e financiamentos do BNDES não foram marcados a mercado por se tratar de instrumentos financeiros com característica exclusiva (sem correspondentes no mercado):

	Valor contábil	Valor justo
BNDES Nível 2	266.055	266.055
Total	**266.055**	**266.055**

22.3 Risco de juros

O risco de juros é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado, supondo:

Cenário I: estabilidade das taxas de juros e os respectivos indexadores anuais apurados na data-base 31 de dezembro de 2025 (CDI 14,32% a.a., IPCA 4,26% a.a.);

Cenário II: redução/elevação do índice em 25%; e

Cenário III: redução/elevação do índice em 50%.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Indexante	Exposição	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativo financeiro					
Caixas e equivalentes de caixa	CDI	2.297	328	411	493
Cauções e depósitos vinculados	CDI	2.283	327	408	490
Total do ativo financeiro		**4.580**	**655**	**819**	**983**
Passivo financeiro					
Empréstimos e financiamentos	IPCA + 4,19%	(266.054)	(22.481)	(28.102)	(33.722)
Total do passivo financeiro		(266.054)	(22.481)	(28.102)	(33.722)
Total		**(261.474)**	**(21.826)**	**(27.282)**	**(32.739)**

22.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 07). A Companhia em 31 de dezembro de 2025 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros:

	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	266.055	266.055	16.880	16.352	65.409	167.414
Fornecedores	1.006	1.006	1.006			
Provisões						
Partes relacionadas	14.860	14.860	14.860			
Total	**281.921**	**281.921**	**32.746**	**16.352**	**65.409**	**167.414**

22.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de "Caixa e equivalente de caixa".

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2025 é:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros		
Caixa e equivalente de caixa	4.838	3.001
Cauções e depósitos vinculados	15.966	15.461
Partes relacionadas	335	335
Total	**21.139**	**18.797**

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos, visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

22.6 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos. Sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade.

23 Compromissos contratuais e seguros

23.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2025, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	< 1 ano	1 - 3 anos	4 - 5 anos	> 5 anos	Total
Obrigações de compras	5.682	259	344		**6.285**
Total	**5.682**	**259**	**344**	–	**6.285**

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da construção do parque eólico.

As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra de peças dos aerogeradores para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado.

A Companhia assinou contratos de comercialização de energia no ambiente regulado com diversos distribuidores de energia. Tais contratos têm prazo de vigência de 1º de janeiro 2022 a 03 de fevereiro 2054, conforme divulgado na nota explicativa nº 1 item 1.1.

23.2 Garantias

Tipos de garantias oferecida	31/12/2025	31/12/2024
Depósito caução (Nota 11)	14	13
Penhor de ações (a)	269	272

a) Penhor de Ações: conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financiador e as controladas, neste caso beneficiárias, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, foram dadas em garantia todas as ações representativas do capital social das controladas durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertence à Companhia.

24 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Não é objeto de o trabalho dos nossos auditores independentes avaliar a suficiência dessas coberturas. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava a seguinte principal apólice de seguro contratada com terceiros:

Descrição	Ramos da apólice	Limite Máximo de Indenização
Responsabilidade civil	Geral	100
Ativo imobilizado	Riscos operacionais	378

25 Provisão para riscos trabalhistas tributários e cíveis

A Companhia está sujeita a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, não tem causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável e possível.

26 Meio ambiente

A Companhia está sujeita à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2025 foram de R$4 (R$ 17 em 2024), sendo registrados no resultado do imobilizado.

DIRETORIA

Ricardo Ferraz
Diretor

CONTADOR

Alfredo Antônio Tessari Neto
CRC: 1SP176534/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Central Eólica Monte Verde II S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Monte Verde II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.• Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de maio de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

Assinado digitalmente por:
Alexsandro de Oliveira Viana
CPF: 008.291.254-85
Certificado emitido por AC SyngularID Multipla
Em nome de PARAMETRO AGENCIA DE NOTICIAS COMUNICACAO MARKETI
CNPJ: 12.152.402/0001-90
Data: 27/11/2026 09:55:45 -03:00
CCN Signer

Documento assinado no CCN Signer. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://www.ccnsigner.com.br/validate/9W544-JBG47-2A885-JT5CV.

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: 9W544-JBG47-2A885-JT5CV

Documento assinado com o uso de certificado digital ICP Brasil, no CCN Signer, pelos seguintes signatários:

Alexsandro de Oliveira Viana (CPF 008.291.254-85)

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://www.ccnsigner.com.br/validate/9W544-JBG47-2A885-JT5CV

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://www.ccnsigner.com.br/validate

Documento assinado no CCN Signer. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://www.ccnsigner.com.br/validate/9W544-JBG47-2A885-JT5CV.